

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.842.440 - RJ (2019/0302394-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**  
**RECORRENTE** : BELA ROMA SPE LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : MARCELO DE ALMEIDA TEIXEIRA - SP115125  
MARCELO NAUFEL - SP227679  
STEPHANIE ROMAN DELICATO - SP350904  
**RECORRIDO** : CRISTIANE SOARES ELIAS DE SOUZA  
**ADVOGADOS** : JOSÉ DE JESUS LOPES - RJ096040  
DANIELE ALESSANDRA SOARES FERREIRA SILVA -  
RJ176342  
**INTERES.** : ADAHIR GUIMARÃES FOGAÇA JÚNIOR  
**ADVOGADOS** : ALESSANDRO BATISTA - SP223258  
MARCELO NAUFEL - SP227679  
MARCO ANTONIO CHAZAINE PEREIRA - SP238501  
KARLA STEFANNE DE MELO RIOS BATISTA - SP339087  
MARIANA POMPILIO LEONEL FERREIRA - SP364886

**EMENTA**

RECURSO ESPECIAL. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. 1. AFRONTA AO ART. 338 DO CPC/2015. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. 2. OFENSA A ENUNCIADO DE SÚMULA. NÃO CABIMENTO DO APELO EXTREMO. 3. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DE INTERPRETAÇÃO DISSENTÂNEA. DEFICIÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. 4. RECURSO NÃO CONHECIDO.

**DECISÃO**

Cuida-se de recurso especial interposto por BELA ROMA SPE LTDA. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, com fulcro no art. 105, III, *a e c*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pela Vigésima Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado (e-STJ, fls. 330-331):

APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. APELAÇÃO DAS PARTES. 1- RELAÇÃO ENTRE PARTICULARES QUE É REGIDA PELO CÓDIGO CIVIL E NÃO PELO CDC. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA. AUTORA QUE NÃO OBTVE ÊXITO EM COMPROVAR DOLO OU CULPA NA CONDUTA DO RÉU, REPRESENTANTE DA SOCIEDADE RÉ. IMPROCEDÊNCIA QUANTO AO SEGUNDO RÉU QUE DEVE SER MANTIDA. 2- EXISTÊNCIA DE DANOS MORAIS, TENDO EM VISTA AS PECULIARIDADES DO PRESENTE CASO. VALOR FIXADO EM R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), COMPATÍVEL COM A REPROVABILIDADE DA CONDUTA,

A CAPACIDADE ECONÔMICA DO CAUSADOR DO DANO, A INTENSIDADE DO CONSTRANGIMENTO SUPOSTO PELAS VÍTIMAS, BEM COMO SUAS CONDIÇÕES FINANCEIRAS, ATENDENDO AO CARÁTER PEDAGÓGICO PUNITIVO DESSA ESPÉCIE DE INDENIZAÇÃO. ATRASO INEQUÍVOCO DE MAIS DE 8 (OITO) MESES. MONTANTE QUE SE ENCONTRA NO PATAMAR FIXADO EM CASOS ANÁLOGOS POR ESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA E QUE SE MOSTRA, PORTANTO, ADEQUADO. 3- LUCROS CESSANTES QUE DEVEM SER PRESUMIDOS. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. ADQUIRENTE QUE DEIXOU DE USUFRUIR O BEM, VALENDO-SE DE UM CONTRATO DE LOCAÇÃO PARA FINS RESIDENCIAIS, OU DEIXOU DE AUFERIR RENDA PROVENIENTE DE EVENTUAL LOCAÇÃO DO IMÓVEL. INDEVIDA RESTRIÇÃO À FRUIÇÃO DO IMÓVEL. SENTENÇA QUE MERECE REFORMA NESSE CAPÍTULO. RÉU QUE DEVE SER CONDENADO AO PAGAMENTO DOS LUCROS CESSANTES, A QUAL DEVE SER COMPUTADA PELO PERÍODO DE ATRASO VERIFICADO. 4- TAXA DE EVOLUÇÃO DE OBRA. COBRANÇA QUE PASSA A SER INDEVIDA APÓS O PRAZO CONTRATUAL PARA A ENTREGA DAS CHAVES. DEMANDANTE QUE NÃO COMPROVOU PAGAMENTO DA TAXA ANTES OU DEPOIS DO PRAZO PARA ENTREGA DAS CHAVES. FATO CONSTITUTIVO DE SEU DIREITO QUE NÃO RESTOU DEMONSTRADO. ÔNUS QUE LHE INCUMBIA, NOS TERMOS DO ART. 373, INCISO I, CPC/15. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE MERECE SER MANTIDA 5- RECURSO DO RÉU A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 6- RECURSO DA AUTORA A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO.

Opostos embargos de declaração, estes foram acolhidos.

Nas razões do apelo especial, a insurgente indica divergência jurisprudencial e violação ao art. 338 do CPC/2015, e ao enunciado n. 75 da Súmula do TJRJ.

Defende a sua ilegitimidade para responder pela restituição da taxa de evolução da obra.

Afirma que o simples atraso na entrega do imóvel não enseja o pagamento de danos morais.

Não apresentadas as contrarrazões (e-STJ, fl. 454), o recurso foi admitido na origem (e-STJ, fls. 456-459), ascendendo os autos a esta Corte Superior.

Brevemente relatado, decido.

No tocante à alegação de ofensa ao art. 338 do CPC/2015, verifica-se que

não houve pronunciamento do Colegiado estadual sobre a referida tese.

Assim, revela-se evidente a ausência de prequestionamento do tema suscitado no apelo especial, o que atrai a incidência dos enunciados n. 282 e 356 da Súmula do STF.

Sobre o tema, veja-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. TEORIA DA PERDA DE UMA CHANCE. REVISÃO DO VALOR DOS DANOS MORAIS. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE REEXAME DA MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. HONORÁRIOS CONTRATUAIS. DANO MATERIAL. JUROS DE MORA. CITAÇÃO. DANOS CONTRATUAIS. ACÓRDÃO RECORRIDO EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

2. O prequestionamento não exige que haja menção expressa dos dispositivos infraconstitucionais tidos como violados, entretanto, é imprescindível que no aresto recorrido a questão tenha sido discutida e decidida fundamentadamente, sob pena de não preenchimento do requisito do prequestionamento, indispensável para o conhecimento do recurso. Incidência das Súmulas 282 e 356/STF.

(...)

9. Agravo interno não provido.

(AgInt nos EDcl no AREsp 1455532/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 10/02/2020)

Quanto à tese residual, cumpre esclarecer inicialmente que, consoante dispõe o enunciado n. 518 da Súmula do STJ, "não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula".

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. SUPOSTA OFENSA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. ÓBICE DA SÚMULA 284/STF (POR ANALOGIA). EXECUÇÃO FISCAL. ALEGADA EXISTÊNCIA DE VÍCIOS SANÁVEIS NA CDA. QUESTÃO ATRELADA AO REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE OFENSA A VERBETE SUMULAR. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 518/STJ.

(...)

3. Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula (Súmula 518/STJ).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1576873/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/02/2020, DJe 20/02/2020)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DE VIDA. ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO ESPECIFICAÇÃO DO VÍCIO. SÚMULA N. 284 DO STF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DE SÚMULA. DESCABIMENTO. SÚMULA N. 518 DO STJ. EMBRIAGUEZ DO SEGURADO. SÚMULAS N. 83 E 620 STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N. 632 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. SIMPLES TRANSCRIÇÃO DE EMENTAS. SÚMULA N. 284 DO STF. DECISÃO MANTIDA.

(...)

2. "Para fins do art. 105, III, a, da Constituição Federal, não é cabível recurso especial fundado em alegada violação de enunciado de súmula" (Súmula n. 518/STJ).

(...)

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1829871/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 17/02/2020, DJe 20/02/2020)

No mais, observa-se que a recorrente não apontou, nas razões do apelo especial, os dispositivos infraconstitucionais objeto de divergência jurisprudencial, o que revela deficiência de fundamentação, atraindo a incidência do enunciado n. 284 da Súmula do STF.

É importante ponderar que o recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, dessa forma, para o seu cabimento, imprescindível que sejam apontados, de forma clara, os preceitos legais objeto de interpretação dissentânea, sob pena de inadmissão.

Ilustrativamente:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. HARMONIA ENTRE O ACÓRDÃO RECORRIDO E A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL VIOLADO. SÚMULA 284/STF. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

# *Superior Tribunal de Justiça*

(...)

3. Não se conhece do recurso especial quando ausente a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente.

(...)

5. Agravo não provido.

(AgInt no REsp 1463420/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/04/2018, DJe 13/04/2018)

Diante do exposto, não conheço do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado da parte recorrida em 2% (dois por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator